

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CAMILA FRAGA DUTRA

O ENSINO DO PARTO NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM NO BRASIL:

revisão bibliográfica

Porto Alegre

2010

CAMILA FRAGA DUTRA

O ENSINO DO PARTO NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM NO BRASIL:
revisão bibliográfica

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para obtenção do título de Enfermeira.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Lucia de Lourenzi
Bonilha

Porto Alegre

2010

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que teve como objetivo conhecer o que a literatura nacional diz a respeito do ensino do parto na graduação em enfermagem no Brasil. Foi realizado por meio de levantamento bibliográfico nos dois periódicos que circulam há mais tempo na área da enfermagem e em periódicos nacionais indexados na base de dados Scielo publicados nos últimos dez anos. Ao consultar esses periódicos foram encontrados apenas oito artigos relacionados ao ensino do parto na enfermagem, no entanto, destes, apenas três tratavam do ensino do parto na graduação de enfermagem, os demais artigos encontrados se referiam ao ensino do parto na especialização em enfermagem obstétrica. Com isso percebeu-se a existência de uma lacuna na literatura quanto ao ensino do parto na graduação de enfermagem, ou seja, a temática parece ter sido pouco abordada nos últimos anos. Os artigos analisados esclarecem que o ensino do parto na Graduação de Enfermagem no Brasil sofreu diversas alterações no decorrer dos anos. Os professores realizaram discussões, encontros e diferentes alterações de conteúdos e carga-horária nos currículos dos cursos de graduação com o objetivo de oferecer um melhor ensino para seus alunos adequando-os com a realidade existente e as necessidades do mercado de trabalho. Contudo isto não foi o suficiente para garantir a permanência dos enfermeiros na prática obstétrica. O ensino de graduação parece ter sofrido conseqüências, pois o conhecimento e a prática do aprendizado de parto foram deixando de ser compartilhados pelos alunos dos Cursos de Graduação em Enfermagem, e direcionados para os cursos de Especialização em Enfermagem.

Descritores: Humanização do Parto e Enfermagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	HISTÓRIA DO PARTO E DO SEU ENSINO NO BRASIL	07
2.1	Parto humanizado e a atuação da enfermeira no Brasil	09
2.2	Atuação da enfermeira na assistência ao parto em Porto alegre, Rio Grande do Sul	11
3	OBJETIVO	13
4	METODOLOGIA	14
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ARTIGOS	15
5.1	Análise dos artigos	16
5.1.1	Primeiro artigo	16
5.1.2	Segundo artigo	19
5.1.3	Terceiro artigo	22
5.2	Discussão	25
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICES – Fichas de leitura	31

1 INTRODUÇÃO

A gravidez é um episódio fisiológico, onde o organismo materno vai se preparando lentamente e adaptando-se por meio de modificações locais e gerais. A duração de uma gestação à termo é de 37 a 42 semanas, nesse período ocorre o trabalho de parto, que tem por finalidade expulsar o feto do organismo materno (NEME, 2005). De acordo com Rezende e Montenegro (2006), o parto é considerado normal, quando o feto é naturalmente expulso do corpo da mãe pelas vias vaginais.

Segundo Neme (2005), o parto, no aspecto mecânico, é a passagem do feto pela bacia impulsionado pela força da contração uterina, sendo constituído por quatro períodos clínicos:

- a) dilatação – caracteriza-se pelo esvaecimento e dilatação cervical;
- b) expulsivo – é o nascimento propriamente dito;
- c) dequitação – compreende a saída da placenta;
- d) Greenberg – corresponde a primeira hora após a dequitação, é o momento onde há uma maior chance de ocorrer grandes hemorragias.

Para Dal Molin (2008), o parto tornou-se um dos principais temas de estudo dos enfermeiros, possivelmente em decorrência das altas taxas de mortalidade materna no Brasil, do aumento do número de cesáreas e da realização de partos cada vez mais intervencionistas.

Segundo a lei 7.498/86 (BRASIL, 1986), que regulamenta o exercício profissional do enfermeiro, cabe ao enfermeiro generalista na atenção à mulher no ciclo gravídico - puerperal:

- a) assistência à gestante, parturiente e puérpera;
- b) acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;
- c) realização do parto normal sem distócias.

Entende-se por parto normal sem distócias aquele que evolui de maneira fisiológica, sem nenhum tipo de complicação (NEME, 2005).

A mesma lei citada anteriormente, especifica como sendo atividades do enfermeiro com especialização obstétrica:

- a) assistência à parturiente e ao parto normal;
- b) identificação das distócias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico;
- c) realização de episiotomia e episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária.

Tendo em vista a lei de Exercício Profissional da Enfermagem, que atribui a realização do parto normal sem distócia e sem episiotomia como uma das funções do enfermeiro generalista, a graduação deve preparar adequadamente o aluno de enfermagem para o atendimento ao parto normal durante sua formação.

Com a finalidade de reconhecer o atendimento prestado por enfermeiros no parto e como forma de incentivo ao parto humanizado, em 29 de maio de 1998 o Ministro da Saúde editou a Portaria número 2.815/98, que incluiu o parto normal sem distócia realizado por enfermeiras na tabela de pagamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), (BRASIL, 2001).

Durante minha graduação, tive a oportunidade de cursar dois semestres na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde fiz a disciplina “Saúde da Mulher e Reprodutiva II”. No primeiro dia de aula desta disciplina, aprendi que o parto normal é uma atividade que pode ser realizada pelo enfermeiro generalista capacitado pra isso durante sua graduação, no decorrer do semestre pude aprender a técnica de parto em aulas teóricas, bem como em atividades práticas curriculares, assistindo partos realizados por enfermeiros e executando partos sob a supervisão de professores da disciplina.

Ao retornar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para concluir a minha graduação, percebi pelos relatos de colegas que em disciplina equivalente a cursada por mim na UNIFESP, os alunos da UFRGS não puderam realizar partos vaginais sem distócia, assim como não tiveram a oportunidade de assistir partos realizados por enfermeiros, visto que os partos eram realizados por profissionais da área médica. Verificar esta diferença no ensino entre esses dois cursos de graduação em enfermagem, ambos em universidades públicas, me estimulou a estudar como ocorre o ensino do parto normal nos cursos de graduação no Brasil, por meio de uma pesquisa bibliográfica.

2 HISTÓRIA DO PARTO E DO SEU ENSINO NO BRASIL

No Brasil, a educação formal de parteiras iniciou-se no século XIX, nas escolas médicas. A partir da década de 1950, as escolas de enfermagem passaram a oferecer a formação em enfermagem obstétrica, como uma área da enfermagem, seja no âmbito da graduação, ou como uma modalidade de pós-graduação, concedendo o título de habilitada ou de especialista em enfermagem obstétrica (RIESCO; FONSECA, 2002).

Segundo Rocha e Bonilha (2008), até o final da década de 60, no Rio Grande do Sul, o partear no ambiente hospitalar era uma atividade da enfermeira, passando a ser uma atividade predominantemente médica a partir dos anos 70. Nesta época, as enfermeiras se afastaram das ações específicas no momento da parturição. No Rio Grande do Sul a história do parto e do ensino deste, conforme as autoras, ocorreu da seguinte forma:

- o ensino em Porto Alegre, teve início em 1897 com o curso de formação de parteiras, que, ao longo de sua existência, recebeu diferentes denominações: Curso de Partos (1897-1899), Curso de Obstetrícia (1900-1932) e Curso de Enfermagem Obstétrica (1933-1951); sendo que o Curso de Enfermagem Obstétrica não era de nível superior no que se refere às suas exigências de ingresso e estava vinculado à cátedra de Medicina Obstétrica e Ginecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- com a industrialização e a exigência de maior especialização da mão-de-obra no fim da década de 40 houve a necessidade de tornar de nível superior o curso de formação para o parto.
- a Lei 1.254/50, de 8 de abril de 1950, criou a Escola de Enfermagem de Porto Alegre, anexa à Faculdade de Medicina, cujo decreto de fundação data de 4 de dezembro de 1950, iniciando seu funcionamento em março de 1951; o currículo básico do curso de Enfermagem possuía 36 meses de duração composto por quatro períodos, sendo que no terceiro havia a disciplina de Enfermagem e Clínica Obstétrica; o campo prático das atividades da Escola de Enfermagem era na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, onde as enfermeiras eram responsáveis pela realização dos partos normais sem distócia.
- entre o final da década de 60 e início da década de 70, por alterações no sistema previdenciário do país, a previdência passa a pagar apenas os partos atendidos por médicos.

- na década de 70 houve um aumento do número de cursos médicos em todo o Brasil, evento denominado como “boom” dos cursos de medicina; este aumento provocou um número maior de profissionais médicos e a necessidade de criar vagas de emprego para absorver a demanda excedente de mão-de-obra, sendo criada no Estado a especialidade médica em Obstetrícia.
- posteriormente foi criado o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) que passou a ser o campo de estágio da UFRGS; assim, a modalidade de formação para o partejar como especialidade médica teve sua continuidade dentro do hospital HCPA em 1980 com a criação da maternidade, composta pelas Unidades Centro Obstétrico, Internação Obstétrica e Neonatal; isto acarretou superlotação de alunos no serviço recém-criado do hospital e em uma disputa cada vez mais acirrada pela prática do partejar, além disso o número de enfermeiras com formação para atender o período expulsivo do parto era reduzido quando comparado ao número de alunos e profissionais da medicina; com isso a possibilidade das enfermeiras atuarem diretamente no parto diminuiu drasticamente.

Em Pernambuco, segundo Costa et al. (2008), o ensino do parto teve a seguinte evolução:

- em 1967 o Curso de Enfermagem Obstétrica da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco (FENSG-UPE) era composto por dois semestres de habilitação específica e carga horária de 840 horas, tendo como pré-requisito a aprovação nos ciclos básico (em três semestres) e profissional (em quatro semestres) do Curso de Enfermagem.
- de 1977 a 1992 a Maternidade Prof. Monteiro de Moraes vinculada a Universidade Estadual de Pernambuco (UPE) desenvolveu o programa de Controle das Parteiras Domiciliares, coordenado pela enfermeira Diná Teodósio da Silva, o qual contemplava três objetivos: fornecimento de material para parto domiciliar; capacitação das parteiras para realizar o parto domiciliar; e orientação para notificação do parto domiciliar por meio da declaração de punho próprio de nascimento, destinado à obtenção da certidão de nascimento junto ao Cartório de Registro Civil; todas essas ações integravam as atividades dos alunos de enfermagem obstétrica.

- com a primeira reforma curricular, em 1984, a carga horária total foi redistribuída. Foram reduzidas as cargas horárias das disciplinas teóricas de Obstetrícia Normal, Patológica e Neonatal; para atender às exigências assistenciais e administrativas do mercado de trabalho, ampliaram-se as atividades de gerência em centro obstétrico, com a disciplina Administração IV criou-se a disciplina teórica de Enfermagem Obstétrica e Ginecológica, com carga horária teórica de 30 horas e prática de 300 horas para atuação no pré-natal, parto e pós-parto, com a obrigatoriedade de realização de 50 partos.
- em 1994 como requisito necessário à formação da primeira turma de enfermeiros generalistas a FENSG-UPE, promoveu a quarta e última alteração de cargas horárias da Habilitação em Obstetrícia, na nova proposta de graduação, para que não se criasse uma dicotomia entre alunos precocemente especializados e alunos generalistas, o aprimoramento técnico-científico em obstetrícia passou a ser feito em nível de especialização.

Apesar de o foco deste estudo ser o ensino do parto na graduação de enfermagem, optou-se por abordar, no decorrer deste item, também o profissional com especialização obstétrica, pois estes estão diretamente relacionados.

2.1 Parto humanizado e a atuação da enfermeira no Brasil

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza o parto humanizado, no qual a mulher em trabalho de parto deverá ter suporte emocional e atenção à saúde com o mínimo de intervenções. Apesar disso, no nosso País, o modelo de assistência ao parto segue o modelo americano, que é firmado na visão cartesiana, visando intervenção no âmbito institucional (DAVIM; BEZERRA, 2002).

No Rio Grande do Norte, um grupo de professoras pesquisadoras e enfermeiras do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Maternidade Escola Januário Cicco (MEJC), engajaram-se em um projeto de assistência de enfermagem intitulado *Projeto Midwifery*, desenvolvido, desde outubro de 1997, em parceria com a University of Bristol e University of England, ambas em Bristol na Inglaterra/RU, segundo convênio firmado entre CAPES e Conselho Britânico para o período 1998/2000, (DAVIM; BEZERRA, 2002).

Segundo Davim e Bezerra (2002), o Projeto Midwifery segue uma linha de assistência humanizada, procurando respeitar a naturalidade do momento do parto, acompanhando o ritmo materno, e ensinando a convivência tranqüila com esse momento para evitar os traumas das rotinas hospitalares. Nesse projeto, as parturientes são previamente selecionadas no setor de recepção da MEJC pelo plantão médico, segundo um protocolo acordado com a equipe médica e de enfermagem do projeto, para o atendimento ao parto normal sem distócias, onde a intervenção médica só é efetuada quando solicitada pela enfermeira. O propósito do Projeto é resgatar o caráter fisiológico no processo do parto, evitando manobras invasivas. As enfermeiras envolvidas foram capacitadas para: detectar anormalidades na mãe e no feto, solicitando a assistência médica quando necessária; dar os cuidados imediatos ao recém-nascido normal; proporcionar coragem; fornecer informações e orientações sobre o trabalho de parto e o parto; além de respeitar o processo fisiológico e a dinâmica de cada cliente, propiciando acompanhamento contínuo, segurança e bem-estar, com o objetivo de reduzir os riscos para a mãe e o bebê. Para minimizar o desconforto durante o trabalho de parto são usadas técnicas de massagem lombar, relaxamento muscular, posturas variadas durante o trabalho de parto e o parto, banhos de chuveiro, música ambiente, alimentação, hidratação e métodos de respiração.

O estudo feito por Davim e Bezerra (2002) a respeito do projeto Midwifery observou dois grupos de oito pacientes cada. Um grupo teve o parto realizado por profissionais médicos de maneira convencional, e no outro grupo o parto foi realizado por enfermeiras do projeto. Os resultados obtidos foram:

- todas as parturientes observadas no método convencional foram transferidas da sala do pré-parto para outro local quando necessário o exame vaginal, como também para a sala de parto no início do segundo estágio do trabalho de parto; no segundo grupo, nenhuma das mulheres foi deslocada de um ambiente para outro desde o início do processo parturitivo até o encaminhamento das mesmas para o alojamento conjunto juntamente com os seus bebês.
- as oito parturientes do método convencional não escolhem o local para o parto, havendo o uso da posição supina de rotina; no outro grupo as mulheres puderam escolher a posição e o local onde que desejavam parir.
- no grupo do parto convencional foi realizada episiotomia em todos os partos, enquanto no outro grupo esse procedimento só foi realizado quando realmente é necessário.

- a liberdade de movimentos, a deambulação, o banho de chuveiro, os exercícios respiratórios, e a massagem lombar com relaxamento só foram realizados no grupo em que os partos foram feitos pelas enfermeiras.
- o medo do parto estava presente em seis parturientes na sala de parto convencional, enquanto no outro grupo nenhuma paciente referiu ter esse medo.
- na sala de parto convencional, a puérpera permaneceu sozinha em uma maca à espera do seu encaminhamento ao alojamento conjunto; as assistidas na Unidade Midwife permanecem no mesmo local juntamente com as enfermeiras que lhe deram assistência desde sua admissão na unidade, até seu encaminhamento ao alojamento conjunto, juntamente com seu bebê.
- no grupo assistido na Unidade Midwife, todas as mães tiveram a possibilidade de iniciar imediatamente o vínculo mãe/filho, através do toque, do contato pele/pele e da amamentação.

De acordo com Zampiere (1999), humanizar é o desenvolvimento de algumas características essenciais ao ser humano, entre elas às que se fazem urgentes e necessárias em todos os aspectos: a sensibilidade, o respeito e a solidariedade. O projeto Midwifery foi uma proposta de resgatar práticas não intervencionistas na condução do parto por enfermeiros obstetras, e poderia servir também de modelo de prática para a graduação de enfermagem.

2.2 Atuação da enfermeira na assistência ao parto em Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Atualmente, no Rio Grande do Sul, as enfermeiras, tanto generalistas quanto com especialização obstétrica, apenas atendem eventualmente partos normais sem distócia. De acordo com Rocha e Bonilha (2008) os principais motivos para desistência do partejar pelas enfermeiras foram: a unificação da previdência e centralização dos pagamentos em saúde pelo Governo Federal, o qual determinou que apenas os médicos credenciados em hospital reconhecido pelo sistema previdenciário recebessem pelo parto, o aumento do número de profissionais médicos e estudantes nos campos de estágio e o reduzido número de enfermeiras habilitadas para o partejar; a intimidação das enfermeiras por outros profissionais para que desistissem do partejar.

No entanto, de acordo com Dal Molin (2008), esse não foi um processo tranquilo e sem resistências, e até o momento as tentativas de reinserção das enfermeiras nas práticas do partear têm encontrado grande resistência por parte de profissionais médicos no Estado.

3 OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino do parto na graduação em enfermagem no Brasil.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. O estudo bibliográfico é desenvolvido com base em material já elaborado; sua principal vantagem é possibilitar que pesquisador tenha um acesso muito mais amplo à temática proposta do que ele poderia ter pesquisando diariamente (Gil, 2009).

O estudo foi realizado pela análise nos últimos dez anos de periódicos nacionais indexados na base de dados Scielo e nos dois periódicos que circulam há mais tempo na área da enfermagem, que são a Revista Brasileira de Enfermagem e a Revista Gaúcha de Enfermagem.

O campo de estudo foi constituído pela biblioteca eletrônica Bireme. Foram pesquisadas obras publicadas em língua portuguesa entre os anos 2000 a 2009, tendo como descritores os termos: “humanização do parto” e “enfermagem”.

A trajetória deste estudo apresentou as seguintes fases, propostas por Gil (2009): escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material, fichamento; organização lógica do assunto; redação do texto e análise dos resultados.

Os dados foram coletados e analisados através de uma ficha de leitura elaborada pela autora (APÊNDICE A).

Os aspectos éticos foram respeitados à medida que a autora comprometeu-se a ser fiel ao conteúdo das obras referenciadas e manter a autoria das fontes consultadas, em consonância aos preceitos éticos relacionados a divulgação das obras que foram utilizadas neste trabalho.

5 ANÁLISE E DISCUSÃO DOS ARTIGOS

Para a realização do presente estudo foram consultadas os periódicos da área de enfermagem apresentados no quadro a seguir juntamente com o número de publicações durante o período da análise.

ANO	NÚMERO DE VOLUMES PUBLICADOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PERIÓDICOS										
Revista Brasileira de Enfermagem	5	4	6	6	6	6	6	6	6	6
Revista da Escola de Enfermagem da USP	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Revista da Escola de Enfermagem Anna Nery	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4
Revista Latino Americana de Enfermagem	4	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Revista Acta Paulista de Enfermagem	5	3	4	4	4	4	4	4	5	8
Revista Gaúcha de Enfermagem	3	2	2	3	3	3	4	4	4	4
Cadernos de Saúde Pública	6	7	6	8	7	7	13	17	17	15

Quadro 1 - Periódicos analisados e número volumes publicados no período de 2000 a 2009.

Ao consultar esses periódicos, foram encontrados apenas oito artigos relacionados ao ensino do parto na enfermagem: na Revista Acta Paulista de Enfermagem foram encontrados um artigo publicado no ano de 2000 e um artigo em 2008; no Caderno de Saúde Pública foi encontrado um artigo em 2002; na Revista da Escola de Enfermagem da USP foi encontrado um artigo em 2003; na Revista da Escola de Enfermagem Anna Nery foram encontrados dois artigos em 2003 e um em 2008; na Revista Brasileira de Enfermagem foi encontrado um artigo também no ano de 2008.

No entanto, destes, apenas três tratavam do ensino do parto na graduação de enfermagem, os demais artigos encontrados se referiam ao ensino do parto na especialização em obstetrícia. Com isso, percebeu-se a existência de uma lacuna na literatura quanto ao ensino do parto na graduação de enfermagem, ou seja, a temática parece ter sido pouco abordada nos últimos anos.

5.1 Análise dos artigos

Neste subitem serão analisados os três artigos encontrados a respeito do ensino do parto na graduação de enfermagem.

5.1.1 Primeiro artigo

O primeiro artigo a ser analisado é o intitulado de “O Ensino de Enfermagem Obstétrica na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – propostas e contradições: 1982 – 1986”, de autoria de Correia e Baptista e publicado em agosto de 2003.

Este estudo foi realizado com enfoque histórico-social, pois com a pesquisa do conhecimento histórico torna-se possível perceber e entender as experiências vividas. As autoras utilizaram o método dialético, considerando a realidade social, política e educacional existente do tema em questão.

A pesquisa teve como objetivos descrever as circunstâncias da criação e implantação do Internato de Enfermagem na Faculdade de Enfermagem/Universidade do Estado do Rio de Janeiro; analisar as relações de força entre os agentes envolvidos no espaço do ensino de enfermagem obstétrica na instituição; discutir as implicações do jogo de forças entre esses

agentes para a (re) configuração do ensino prático da Enfermagem Obstétrica, também ocorrida na faculdade já citada anteriormente.

Segundo as autoras, os estágios oferecidos para os alunos proporcionavam uma sequência de aprendizagem, que era organizada em níveis de atenção primária, secundária e terciária, oportunizando o desenvolvimento de experiências curriculares que serviram de base para seu crescimento e aperfeiçoamento profissional.

As autoras relatam que em 1977 a direção da Faculdade de Enfermagem/Universidade do Estado do Rio de Janeiro promoveu uma série de debates com o corpo docente sobre a aprendizagem e prática no Curso de Graduação. Naquele momento, os professores chegaram a conclusão que o ideal seria a implantação do Internato de Enfermagem.

Diante disto, em 1982 a Faculdade de Enfermagem/Universidade do Estado do Rio de Janeiro implantou o Internato de Enfermagem no Hospital Universitário Pedro Ernesto. Com isso, a Instituição de Ensino conseguiu proporcionar uma melhor qualidade tanto no que se refere à administração hospitalar, quanto na assistência de enfermagem prestada aos usuários deste hospital universitário. Ao mesmo tempo, disponibilizava um campo assistencial compatível ao nível de ensino que apregoava. Em contra partida, a Faculdade de Enfermagem procurou oferecer um desenvolvimento profissional das enfermeiras, também na área de produção científica, da qual a pesquisa e a extensão faziam parte.

Com suas pesquisas e análises, Correia e Baptista podem afirmar que durante todo o processo de introdução da Faculdade de Enfermagem no Hospital Universitário Pedro Ernesto/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por questões filosóficas e ideológicas, foi instituída uma relação de forças entre os agentes, ocorrendo uma imposição da classe dominante, ou seja, os médicos, sobre a classe dominada, neste caso os enfermeiros e seus professores.

A partir da implementação do Sistema Único de Saúde e da proposta da Reforma Sanitária houve um aumento nos debates e discussões que tinham o tema “ensino na aprendizagem e os reais problemas de saúde da população”. De um lado encontravam-se os profissionais da área da saúde que reclamavam de suas condições de trabalho, em contra-partida estavam os usuários destes serviços que se queixavam dos atendimentos recebidos no sistema público de saúde.

A modalidade de ensino em Internato de Enfermagem no Hospital Universitário Pedro Ernesto ocorreu até 1986 com a disciplina Estágio Supervisionado em Enfermagem Obstétrica I.

Para as autoras é preciso integrar o ensino com a prática da pesquisa nos hospitais universitários, pois é uma maneira das professoras estarem mais intensamente presentes nesses locais e, também, como uma forma de reconhecimento do saber da enfermeira frente ao saber médico, buscando uma maior independência profissional no hospital universitário.

Portanto, a prática técnico-científica oportunizaria uma melhor integração junto à equipe multiprofissional do hospital universitário, favorecendo a ocupação dos espaços hospitalares.

Em 1980 e 1981, a área de enfermagem obstétrica começou a demonstrar suas dificuldades no que diz respeito à operacionalização dos conteúdos referentes desta modalidade de conhecimento, pois o Departamento de Enfermagem Materno-Infantil sofria com a falta de professores capacitados e experientes nesta área. Com isso, tornou-se necessário a reformulação da metodologia, possibilitando um processo de ensino-aprendizagem direcionada para a assistência à saúde da mulher.

As autoras puderam perceber, através de suas pesquisas, que o ensino de enfermagem existente estava direcionado para uma enfermagem hospitalar, pois o cronograma de atividades das disciplinas estavam voltados para os níveis primário, secundário e terciário predominantemente hospitalar, do qual tinha o objetivo de capacitar o aluno para as técnicas específicas relacionadas à assistência à mulher no período gravídico-pueperal.

É importante ressaltar que o enfermeiro obstétrico, da instituição de ensino já mencionada anteriormente, buscava e percebia o seu reconhecimento científico no espaço de atuação disponibilizado, junto à assistência a parturiente, procurando engajar-se nesta prática assistencial, como a legislação de ensino do Curso de Enfermagem, através do Parecer 163/72 assegurava a este profissional.

Contudo, a estrutura universitária existente dentro do hospital estava estruturado dentro de normas organizadas pelo poder predominante da classe hegemônica, dos médicos, da qual determinava e instituía as atividades de acordo com seus próprios interesses.

As autoras acreditam que é importante salientar que as relações conflituosas existentes entre os profissionais e professores da enfermagem e as mesmas categorias da medicina se resumem nestes principais motivos: concepção ideológica, pois o

intervencionismo técnico presente no processo biológico normal repercutia no processo ensino/aprendizagem da área obstétrica; e perda de espaço no campo obstétrico pelo profissional médico.

Pelos achados obtidos nesta pesquisa, Correia e Baptista acreditam que essas mudanças aconteceram principalmente porque o que continuou prevalecendo foi o poder de decisão e intervenção dos médicos, por possuírem a prioridade do atendimento à gestante de alto risco internada. Às enfermeiras ficou destinado o atendimento voltado para uma atenção terciária, ou seja, uma assistência preventiva e curativa.

Os enfermeiros, mesmo após a tentativa de implementação de alguns programas e projetos, não conseguiram ocupar os espaços da prática da enfermagem obstétrica nem promover uma relação de integração entre os profissionais do campo obstétrico. Desta forma, não desenvolveram completamente suas funções relacionadas a esta área específica, pela resistência dos profissionais médicos e o não reconhecimento ético e legal do exercício da enfermagem obstétrica.

5.1.2 Segundo artigo

O segundo artigo a ser analisado é o que possui o título de “Formação das Enfermeiras para a Parturição: implantação de um hospital universitário na década de 80”, de autoria de Rocha e Bonilha, de 2008, tendo como principal objetivo conhecer o contexto político e de ensino que nortearam a formação de enfermeiras gaúchas na área obstétrica e como foram os primeiros anos de funcionamento de uma maternidade em um hospital universitário localizado na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

As autoras relatam que, no Brasil, mais de 90% dos casos de óbito materno poderiam ser evitados se as mulheres tivessem recebido um atendimento adequado durante o pré-natal e o parto. Diante deste contexto, o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 2815, de 29 de maio de 1998, determinou que a enfermeira obstétrica deveria passar a receber remuneração pelos partos realizados em ambiente hospitalar, com o objetivo de fornecer atendimento de qualidade para as grávidas, diminuindo, assim, o número de mortes.

Contudo, para as autoras, esta tentativa por parte do Ministério da Saúde de reinserção das enfermeiras na prática do partear encontrou, e ainda encontra, grande resistência por parte dos profissionais da medicina.

Na primeira metade da década de 50, apenas um pouco mais de 50% dos partos eram realizados em hospitais, o restante ocorria em ambiente domiciliar, provavelmente por parteiras. A partir da segunda metade desta década, o atendimento ao parto passou por diversas mudanças, passando a ser um procedimento exclusivamente hospitalar.

Até o final da década de 60, o partejar em ambiente hospitalar, era uma atividade exclusiva das enfermeiras, entretanto na década de 70 passou a ser predominantemente realizado por médicos, com isso, as enfermeiras foram perdendo o seu espaço e se afastando desta prática.

O artigo apresentado trata-se de um estudo histórico qualitativo, que utilizou como método de pesquisa a História Oral. Este é um método de pesquisa que prioriza a realização de entrevistas com pessoas que participaram destes acontecimentos com o objetivo de se aproximar do objeto de estudo. Além das entrevistas, também foram utilizados documentos pertencentes ao Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e outros materiais que contribuíram para que a reconstrução do contexto sociopolítico deste período fosse reconstruída.

Os colaboradores foram escolhidos de maneira intencional e estratégica, foram entrevistadas 12 profissionais que haviam trabalhado no período escolhido.

O artigo relata que em 1960 foi iniciado, através da Lei Orgânica de Previdência Social de número 3.807, o processo de união da previdência social brasileira, que antes deste período era dividida em Instituições de Aposentadorias e Pensões, organizadas em categorias profissionais. A unificação da previdência ocorreu em 2 de janeiro de 1967, após o golpe militar, e passou a se chamar de Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Com estas modificações, o governo militar precisou assegurar o atendimento médico para os seus contribuintes. Portanto, o governo começou a realizar convênios com hospitais e médicos, estes últimos sendo remunerados pela produção de serviços prestados. Com isso, o hospital tornou-se o único lugar para a realização de partos e o médico passou a ser o profissional privilegiado para o atendimento de partos, uma vez que o pagamento dos partos era feito apenas para os médicos.

Rocha e Bonilha citam que o ensino sistemático na área obstétrica, na capital gaúcha, teve seu início no início do ano de 1897, com o curso de formação de parteiras, que passou por modificações tendo seu nome alterado para Curso de Partos, logo após para Curso de Obstetrícia e por fim, denominou-se como Curso de Enfermagem Obstétrica, mas não era

configurado como curso de nível superior, no que se refere aos critérios de ingresso, pois não possuía a exigência de conhecimentos acadêmicos para a formação do partejar.

A Lei 775/49 alterou o processo seletivo dos cursos superiores e desenvolveu uma possibilidade para que as mulheres tivessem acesso a cursos superiores, através do ensino de Enfermagem, pois possibilitaria que toda faculdade de Medicina brasileira poderia criar uma escola de Enfermagem anexa. Com isso, o diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul daquela época propôs a criação da Faculdade de Enfermagem, pois afirmava que era necessária a qualificação da assistência de enfermagem para facilitar e auxiliar o trabalho exercido pelo médico. Portanto, a partir da Lei 1.254, de 8 de abril de 1950, a Escola de Enfermagem de Porto Alegre foi criada, nas dependências da Faculdade de Medicina, iniciando seu funcionamento em março de 1951.

Um dos motivos de conflitos, relatados pelas colaboradoras participantes da pesquisa, referente a atuação das enfermeiras, foi o reduzido número de enfermeiras habilitadas para atender o período expulsivo do parto, quando comparado ao número de alunos e residentes da Medicina. Com este número reduzido, tornou-se necessário a redistribuição das enfermeiras capacitadas nos diferentes turnos de trabalho. Esta mudança não foi suficiente para que as enfermeiras continuassem atuando no partejar, pois o fluxo de profissionais da área da Medicina continuou crescendo, o que tornou a atuação das enfermeiras nesta prática muito reduzida.

Entretanto, as enfermeiras não deixaram de atuar na área obstétrica, apenas foram desviadas de sua função inicial e se apropriaram de outras atividades. Passaram a concentrar seus cuidados com as mulheres que se encontravam no pré e pós-parto e durante o parto se dedicavam a acompanhar as mulheres, oferecendo suporte emocional, além disto, também atuavam no atendimento imediato ao recém-nascido.

A partir das décadas de 70 e 80 o parto passou a ser fragmentado em três momentos: pré-parto, parto e pós-parto e as mulheres passaram a ser atendidas por diferentes profissionais.

O distanciamento das enfermeiras do partejar repercutiu no ensino, pois este conhecimento deixou de ser compartilhado com as alunas.

Contudo, segundo as autoras, em alguns momentos as enfermeiras conseguiram realizar o parto. Uma delas foi a greve dos residentes no início da década de 80 e o outro momento é quando o médico não encontra-se presente ou não tinha a disponibilidade para o

atendimento, mas estes episódios não foram suficientes para a manutenção da prática das enfermeiras no partear.

Os motivos que levaram as enfermeiras a abandonar esta prática foram muitos, mas as autoras conseguiram identificar três, que consideram, cruciais. O primeiro motivo está intimamente ligado à unificação da previdência e o direcionamento dos pagamentos em saúde realizado pelo Governo Federal, do qual determinou que somente os médicos que encontravam-se credenciados em hospitais reconhecido pelo sistema previdenciário receberiam pelos partos realizados. O segundo provável motivo, foi o grande aumento dos profissionais da área da Medicina e o reduzido número de enfermeiras capacitadas para o partear, quando comparado ao primeiro. O terceiro e último motivo identificado pelas autoras foi a intimidação das enfermeiras por outros profissionais para que desistissem desta prática, fazendo com que, durante o período de expulsão, a hegemonia médica fosse a prevalente.

Por fim, Rocha e Bonilha, sugerem que para que a prática do partear volte a ser realizada, também, pelas enfermeiras, poderia ser criado um programa de cotas de atendimentos, do qual estes profissionais atuariam em ambiente hospitalar universitário. Sendo assim, não deixariam de aprender como se dá a realização do parto e exerceriam suas funções, o que é lhes dado legalmente por meio da Lei do Exercício Profissional, de número 7.498, datado de 25 de junho de 1986.

5.1.3 Terceiro artigo

O terceiro e último artigo analisado recebe o nome “Formação da Enfermeira Obstetra na Universidade de Pernambuco, Brasil: 35 anos de história”, de Costa et al., em 2008, tem como objetivo apresentar os contextos social, profissional, legal e educacional que serviram de base para as reformas curriculares na habilitação e especialização em Enfermagem Obstetrícia.

Em agosto de 1945 foi fundada a Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças, mas foi somente em setembro de 1949 que se tornou reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura. Depois de decorridos alguns anos, em março de 1967 foi integrada à Universidade Estadual de Pernambuco e tinha como principais características a sólida formação em ciências básicas, a centralização nos aspectos da atenção médica no âmbito individual, a valorização da aprendizagem no ambiente hospitalar, o direcionamento do

atendimento ambulatorial exclusivo aos casos em que era necessária a internação, e a grande carga horária nas práticas. Entretanto, possuía pouca ênfase na promoção e proteção da saúde.

No ano de 1970 a Associação Brasileira de Enfermagem realizou seminários regionais com o objetivo de avaliar o panorama educacional em nível universitário e percebeu que o perfil dos profissionais desta área não estava atendendo as necessidades do mercado, visto que não estava formando especialistas nas diferentes áreas correspondentes a demanda existente no âmbito profissional. Contudo, também não ocorriam mudanças no foco de atenção do modelo hospitalocêntrico para as práticas e ações preventivas.

Neste contexto, foi necessário realizar algumas modificações acadêmicas, mas foi somente no ano de 1972 que o movimento da Reforma Universitária conseguiu implantar um novo currículo.

O curso de Enfermagem Obstétrica foi reestruturado a partir deste novo currículo. A habilitação implantada baseou-se na necessidade encontrada nos serviços da área curativa, hospitalocêntrica, para a realização do trabalho em maternidades e clínicas obstétricas.

As autoras relatam que no período de 1977 a 1992 a Maternidade Prof. Monteiro de Moraes da Universidade Estadual de Pernambuco promoveu um programa intitulado Controle das Parteiras Domiciliares que apresentava três objetivos principais, fornecer material para parto realizado em domicílios; capacitar as parteiras para a realização deste tipo de parto; e orientar estas pessoas quanto a maneira de realizar a notificação dos partos e nascimentos ocorridos, destinados à obtenção da certidão de nascimento obtida junto ao Cartório de Registro Civil.

Outra grande mudança ocorreu no segundo semestre de 1979, pois a partir deste período os alunos deveriam realizar a confecção, entrega e apresentação de uma monografia para que a conclusão do curso fosse efetivada.

Em uma nova reforma, realizada no ano de 1984, ficou estipulado que deveria ocorrer uma redistribuição na carga horária total do curso. Para que as exigências assistenciais e administrativas do mercado de trabalho fossem atendidas, foi necessário realizar uma ampliação nas atividades de gerência realizadas em centro obstétrico. Diante disso, e após a criação da disciplina teórica de Enfermagem Obstétrica e Ginecológica, ficou estipulado que deveria ter 30 horas de aulas teóricas e 300 horas de prática, divididas na atuação no pré-natal, parto e pós-parto, sendo imprescindível a realização de 50 partos.

Outra reforma ocorreu no ano de 1991, cujo objetivo central era aumentar a carga horária para que a proposta pedagógica começasse a oportunizar ao aluno a associação de

conhecimentos epidemiológicos e vivenciar o exercício da atuação clínica em todos os estágios do ciclo gravídico-puerperal. A partir disto os alunos também puderam trabalhar com a prevenção dos agravos à saúde materno-infantil.

Em 1993 ocorreu mais uma mudança referente à carga horária, agora na disciplina de Metodologia Científica, assim os estudantes teriam uma maior condição de realização da produção acadêmica.

O Ministério de Educação e Cultura apresentou uma proposta de reformulação que foi aprovada através da portaria nº 1721, de 15 de dezembro de 1994, que consistia na extinção das habilitações, para que a integralidade e a terminalidade da formação do enfermeiro fossem asseguradas, sem estarem incluídas aqui as especializações precoces.

A Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças – Universidade Estadual de Pernambuco acompanhou todo o processo de reformulação e promoveu, em 1994, uma última mudança na carga horária da Habilitação em Obstetrícia estipulando que o aprimoramento técnico-científico em obstetrícia deveria ser realizado à nível de especialização. Esta nova proposta curricular procurou integrar à graduação os conteúdos programáticos das habilitações.

As autoras também relatam que o Ministério da Saúde, em parceria com algumas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Instituições de Ensino Superior, começaram a oportunizar o financiamento de Cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica, interligando-as com a gestão do Sistema Único de Saúde, como sendo um órgão formador, o que resultou em um conjunto de fatores favoráveis.

Este financiamento está intimamente relacionado a critérios específicos relativos à instituição de ensino, bem como ao processo seletivo, a estruturação curricular e processo avaliatório.

Como a Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças – da Universidade Estadual de Pernambuco cumpria todas as exigências administrativas, foi possível a realização de um convênio junto ao Ministério da Saúde, a partir disto foi construído um projeto político-pedagógico do curso em questão. Este documento priorizava a atenção básica do modelo assistencial para a humanização do parto e nascimento no campo de ação do Sistema Único de Saúde. Com isso, buscou-se ofertar uma assistência obstétrica menos intervencionista e iatrogênica, buscando uma prioridade na redução da morbi-mortalidade perinatal e materna. Os cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica obtiveram outro ganho significativo: a produção acadêmica originada de seus alunos.

5.2 Discussão

Ao analisar os três artigos obtidos para a realização deste trabalho, foi possível perceber que o estudo de Correia e Baptista e o de Rocha e Bonilha possuem muitos pontos em comum, no entanto o artigo de Costa et al. difere um pouco das questões abordadas.

O artigo intitulado “O Ensino de Enfermagem Obstétrica na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – propostas e contradições: 1982 – 1986”, escrito por Correia e Baptista e publicado em agosto de 2003, nos esclarece que os estágios oferecidos no Curso de Enfermagem da Instituição de Ensino estudada eram voltados para a aprendizagem em nível de atenção primária, secundária e terciária. Com esta prática os alunos desenvolviam suas experiências, aprimorando seu crescimento e aperfeiçoamento profissional, contando, também, com o incentivo para a produção científica.

Correia e Baptista, perceberam a ação pedagógica como uma forma de reforçar a estrutura, o que tornava possível estabelecer relações sociais dentro do sistema de ensino institucionalizado. É de suma importância que ocorra uma integração entre a prática da pesquisa e as experiências profissionais dos enfermeiros dentro do âmbito hospitalar.

O artigo “Formação das Enfermeiras para a Parturição: implantação de um hospital universitário na década de 80”, de autoria de Rocha e Bonilha no ano de 2008, que foi o segundo a ser apresentado no item análise dos artigos, retoma que o parto, antigamente, não era realizado apenas em ambientes hospitalares. Quando a prática do partear começou a ser realizada, exclusivamente em hospitais, os profissionais da enfermagem eram os responsáveis pela realização deste tipo de atendimento.

Contudo, com o passar do tempo, os médicos começaram a se apossar, gradativamente, desta prática e a enfermagem foi perdendo seu espaço. Este fato também foi observado e relatado por Correia e Baptista em seu estudo.

Os profissionais da enfermagem passaram a não receber remuneração pelos partos realizados e a execução dos procedimentos também começaram a ser dificultadas, ou seja, estes profissionais até poderiam executar o parto, mas não eram autorizados a registrá-lo no prontuário das pacientes.

Outro fator que contribuiu para a perda de espaço dos enfermeiros no partear foi o número reduzido de profissionais capacitados para esta prática e o grande aumento de médicos residentes em hospitais.

O atendimento ao parto no ambiente hospitalar passou a ser dividido em três momentos distintos: pré-parto, parto e pós-parto. Com isso, as mulheres grávidas começaram a ser atendidas por diferentes profissionais, conforme o período clínico do parto em que se encontravam.

Portanto, a partir destas modificações no campo de prática profissional, o ensino também sofreu alterações, pois conforme os profissionais de enfermagem foram perdendo o seu espaço, o conhecimento sobre a parturição foi deixando de ser compartilhado com os alunos do curso de graduação.

Existiram, contudo, dois momentos distintos em que as enfermeiras voltaram a realizar o parto, estas realizam o parto sempre que existe a ausência do médico ou quando não era possível chamá-lo, pois o parto já encontra-se em estágio avançado; e o segundo momento, que foi um evento único de uma greve aderida pelos profissionais da medicina. Estes episódios relatados são mínimos para estes profissionais, se levarmos em consideração a prática realizada por eles em décadas anteriores.

Segundo a pesquisa de Rocha e Bonilha, os motivos que impulsionaram o afastamento das enfermeiras desta prática foram a unificação da previdência e o direcionamento dos pagamentos em saúde realizado pelo Governo Federal, do qual estipulou que somente os médicos seriam pagos pelos partos realizados. O segundo motivo foi o aumento excessivo de profissionais da área da medicina, se comparado com o número de enfermeiros capacitados para o partear. O último motivo identificado foi a intimidação das enfermeiras por parte do comportamento de outros profissionais que desejavam que estas se afastassem desta atividade.

As autoras ainda sugerem que seja elaborado um programa de cotas para que os profissionais da enfermagem voltem a atuar novamente nesta área, garantindo o seu espaço, que já é estipulado por lei.

O terceiro artigo, “Formação da Enfermeira Obstetra na Universidade de Pernambuco, Brasil: 35 anos de história”, elaborado por Costa et al., publicado em em 2008, difere um pouco da abordagem dos artigos anteriores, pois retrata somente as diversas mudanças ocorridas, no decorrer dos anos, em nível de currículo do Curso de Enfermagem Obstétrica, assim como nos procedimentos realizados. Neste estudo, as autoras não abordam o porquê do afastamento das enfermeiras na prática do partear.

As autoras esclarecem, ainda, a criação de parcerias formadas com o Ministério da Saúde e de algumas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde com Instituições de Ensino

Superior. Através destas medidas conseguiram financiamentos para Cursos de Especialização na área da enfermagem.

Como a já referida Instituição de Ensino cumpria com todas as exigências administrativas, tornou-se possível realizar uma parceria com o Ministério da Saúde. Sendo assim, foi elaborado um documento que priorizava a atenção básica do modelo assistencial para a humanização do parto e nascimentos no campo do Sistema Único de Saúde.

Pudemos observar, através da análise dos três artigos apresentados, que eles possuem pontos em comuns. Todas as pesquisas relataram mudanças curriculares e percebemos que as Instituições de Ensino tinham como objetivo destas modificações oferecer um ensino de qualidade voltado para as necessidades dos alunos, não esquecendo da realidade social e da necessidade do mercado de trabalho.

Contudo, todos os esforços dos professores que realizaram estas modificações não foram suficientes para que a prática do partear continuasse sendo realizada pelos futuros profissionais da enfermagem.

Outra questão abordada pelas pesquisas é que mesmo a existência de diversos Pareceres, Portarias e Leis que asseguram a prática do enfermeiro junto à parturiente, não foram suficientes para garantir a estes profissionais a realização desta atividade. Segundo Dal Molin (2008), talvez o espaço de atuação tenha sido perdido por fatores relacionados ao poder médico. Neste sentido, concorda-se com Costa et al. quando afirmam que o enfermeiro deixou de realizar partos porque, normalmente, a administração de hospitais é de responsabilidade dos médicos, instituindo e organizando de acordo com seus próprios interesses. Com isso, os profissionais da área da medicina possuíam, e ainda possuem, a prioridade nos atendimentos às gestantes.

Pôde-se, também, observar que os três artigos abordados tratam-se de estudos históricos, o que talvez reflita que a prática do parto por enfermeiros, assim como o seu ensino na graduação, não sejam mais tão frequentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado através da análise de material existente sobre o tema escolhido. É importante salientar que é escassa a bibliografia encontrada sobre o assunto. Foram encontrados oito artigos sobre o ensino do parto, mas, destes, apenas três abordavam o assunto o ensino do parto na graduação em enfermagem.

O ensino do parto na Graduação de Enfermagem no Brasil sofreu diversas alterações no decorrer dos anos. Os professores realizaram discussões, encontros e diferentes alterações de conteúdos e carga-horária nos currículos dos cursos de graduação com o objetivo de oferecer um melhor ensino para seus alunos, adequando-os com a realidade existente e as necessidades do mercado de trabalho. Contudo, isso não foi o suficiente para garantir a permanência dos enfermeiros na prática obstétrica.

Durante a realização desta pesquisa, foram relatados diversos Pareceres, Portarias, e Leis que legalizam o exercício dos enfermeiros e asseguram a prática destas atividades. Entretanto, não foram suficientes para que esses profissionais continuassem realizando o atendimento ao parto.

Com o afastamento dos enfermeiros da parturição na prática profissional, o ensino de graduação parece ter sofrido conseqüências, pois o conhecimento e a prática do aprendizado de parto foram deixando de ser compartilhados pelos alunos dos Cursos de Graduação em Enfermagem, e direcionados para os cursos de Especialização em Enfermagem.

No decorrer deste estudo foram observados fatores cruciais para o afastamento destes profissionais da prática, entre eles a hegemonia por parte dos profissionais da área da medicina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 7.498/86, de 25 de junho de 1986: dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Secção 1, p. 9271-75, 26 jun. 1986.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Temática Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher**, Brasília, p.199, 2001.

CORREIA, L. M.; BAPTISTA, S. S. O ensino de enfermagem obstétrica na Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – propostas e contradições: 1982 – 1986. **Revista de Enfermagem Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 255-268, 2003.

COSTA, A. A. N. M.; CÉSAR, K. R. V.; SCHIRMER, J.; TAVARES, M. M. F. Formação da enfermeira obstetra na Universidade de Pernambuco, Brasil: 35 anos de história. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 361-366, 2008.

DAL MOLIN, R. S. **O exercício da atividade da enfermeira obstétrica: Análise do discurso médico no Rio Grande do Sul no ano de 2005**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

DAVIM, R. M. B.; BEZERRA, L. G. M. Assistência à parturiente por enfermeiras obstétricas no projeto midwifery : um relato de experiência. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 5, p. 727-732, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NEME, B. **Obstetrícia básica**. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2005.

REZENDE, J.; MONTENEGRO, C. A. B. **Obstetrícia Fundamental**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabarra Koogan, 2006.

RIESCO, M. L. G.; FONSECA, R. M. G. S. Elementos constitutivos da formação e inserção de profissionais não-médicos na assistência ao parto. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 685-698, 2002.

ROCHA, T. A.; BONILHA, A. L. L. Formação das enfermeiras para a parturição: implantação de um hospital universitário na década de 80. **Revista de Enfermagem Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 651-657, 2008.

SILVEIRA, J. C.; RIESCO, M. L. G. Ensino da prevenção e reparo do trauma perineal nos cursos de especialização em enfermagem obstétrica. **Revista de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 512- 517, 2008.

ZAMPIERE, M. F. M. Vivenciando o processo educativo em enfermagem com gestantes de alto risco e seus acompanhantes. **Revista Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 203-221, 1999.

APÊNDICE A - Ficha de leitura

AUTORES	
TÍTULO DA OBRA	
EDIÇÃO	
LOCAL	
EDITORIA/REVISTA	
ANO	
PÁGINAS	
APRESENTAÇÃO	
TIPO DE ESTUDO	
CONTEÚDO ABORDADO	

